



## **Jornalista e responsabilidade social: uma aproximação realizada pelos movimentos civis<sup>1</sup>**

**Nivea Canalli Bona<sup>2</sup>**

**Universidade Metodista de São Paulo.**

### **Resumo**

A atuação das organizações civis junto à assessoria e capacitação do profissional jornalista tem se mostrado mais freqüente atualmente. A lógica de trabalho nos meios de comunicação de massa, as relações com os donos dos veículos e a instantaneidade cobrada frequentemente nas produções de material informativo são alguns dos motivos que têm dificultado aos jornalistas uma leitura mais aprofundada dos fatos que envolvem as ações das organizações civis e comunidades em geral. Isso se reflete nas poucas matérias que são desenvolvidas tendo como tema as políticas públicas e as iniciativas realizadas pelo terceiro setor. A partir dessa constatação, algumas organizações civis propõem parcerias a fim de melhor capacitar o jornalista da redação e aquele que está sendo formado nas universidades. Com um estudo bibliográfico pretendemos colocar algumas luzes sobre essa relação e apresentar um exemplo que pode estar fazendo história: o da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a ANDI.

### **Palavras-chave**

Organizações civis; imprensa; capacitação de jornalistas; ANDI

Terceiro setor e jornalistas: um reencontro

O exercício do jornalismo no decorrer da história perpassou diversos cenários sociais e políticos e torna-se necessário realizar alguns resgates para delinear a realidade que se construiu na sociedade atual. Essa caminhada alternou o *glamour* da busca por uma carreira promissora, que previa o recebimento de bons salários nos grandes veículos de comunicação, depois o *status* de “cão de guarda” moral da sociedade, para hoje, de um profissional que precisa seguir a lógica do fazer industrial. Nos anos 90 um novo cenário começou a ser desenhado para esses profissionais quando surge o chamado “Terceiro Setor” com a institucionalização de alguns movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Com a necessidade de divulgar seus feitos de forma mais profissional e organizar suas atividades a partir de um viés comunicativo, o setor acabou por oferecer aos jornalistas oportunidades interessantes do ponto de vista de realização profissional e de sustento. Além da ação que envolvia as mais diversas bandeiras de luta, surgiram organizações que tinham como objetivo primordial fazer a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para o Seminário de Temas Livres do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, mestranda do curso de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo.  
niveabona@onda.com.br



mediação entre as organizações recém fundadas e a grande imprensa. Seja fiscalizando a imprensa, prestando assessoria às organizações ou mesmo elaborando pautas e servindo como ponte conceitual, essas organizações inauguraram uma nova frente de ação que usa a comunicação para legitimar atitudes e valores nessas organizações.

Dentro desse modelo de organização civil que se utiliza das técnicas de comunicação, um exemplo que está fazendo história é a Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI, criada em 1991 e que estabeleceu uma rede nacional de monitoramento e assessoria à mídia em 2000. Além do trabalho de ponte entre o terceiro setor, políticas públicas, sociedade e imprensa, a ANDI adentra num novo espaço seguindo a intenção de, entre suas atividades, capacitar os jornalistas para uma abordagem mais consciente e aprofundada dos assuntos que envolvem as questões da criança e do adolescente.

### **O jornalista e seu caminhar**

Nos anos 60, ser jornalista era um desejo de boa parcela dos jovens que tentavam as universidades. Esse ideal reunia o *status* de ser intelectual, a fama e o poder de se escrever sobre tudo e ter a autoridade para divulgar informações, com a entrada praticamente livre em diversos ambientes e a proximidade necessária com ícones famosos e autoridades.

“Numa observação dos motivos que levam o jovem à escolha do Jornalismo como profissão, temos um primeiro momento que é marcado pelo sentido da aventura, do sucesso (isso no fim dos anos 60 e começo dos anos 70). Tratava-se então de uma profissão sinônimo de ascensão social e com grandes salários. Boa remuneração e o sentido de aventura (muitas viagens, contato com pessoas influentes) motivavam as pessoas da classe média.” (MELO in VIEIRA, p. 151)

No final dos anos 60 e na década de 70 imperava o comportamento marcado pela rebeldia velada. Publicações de receitas de bolos no lugar dos textos informativos censurados foram o exemplo mais tênue da tentativa de busca por uma maior liberdade de expressão, conseqüentemente de exercício de imprensa. Na sociedade, o *status* ainda se mantinha para alguns, pautado pela rebeldia e coragem de atuar. Os jornalistas representavam a parcela do povo mais bem informada e os naturalmente engajados politicamente, em sua maioria, de forma contrária o regime imposto pela ditadura militar.

Alguns pesquisadores ressaltam que a conotação “romântica”, a que instituía o jornalista como o fiscal permanente da sociedade, como ícone de imparcialidade, apareceu mais no exterior do que no Brasil.



‘Cães de guarda da sociedade’, ‘princípio da responsabilidade social’, ‘imprensa como quarto poder’. Todas essas expressões estão ligadas ao ideário romântico do jornalismo. De acordo com essas concepções, o jornalista teria um status diferenciado das demais profissões. Ele estaria, por princípio, comprometido com a sociedade – que lhe delega o poder de fiscalizar as instituições em seu nome – e com os valores democráticos’. (PEREIRA, p.4)

Mas, anteriormente a esse período, se formos lembrar dos primeiros editores e impressores de jornais abolicionistas e republicanos, vemos demonstrada nos que eram, por missão, jornalistas e nos formados pelas universidades a partir de 69 - quando a Lei de Imprensa regulamentou a atividade no país - uma tendência à crítica social, à denúncia, ao exercício de leitura da realidade.

Pereira, numa análise do histórico da profissão do jornalista em 3 países – Brasil, França e Estados Unidos – ressalta as diferenças conceituais no exercício da profissão:

Se por um lado, os Estados Unidos – e mais tarde, o Brasil - enfatizam a produção de um jornalismo estritamente informativo, a tradição francesa deu preferência ao modelo interpretativo de imprensa. O ideal de responsabilidade social vai representar, contudo, um ponto de intersecção entre a tradição francesa e a tradição anglo-americana. (...) A imprensa como quarto poder estaria comprometida apenas com o cidadão, com o interesse público.(PEREIRA, 2004)

Essa visão de que a responsabilidade social estava acima de qualquer outra tendência ficou comprometida no Brasil pela pressão do governo a fim de obter apoio midiático à força ou pela troca de favores para que este legitimasse suas práticas. Outro fator que influenciou no fraco exercício da responsabilidade social no jornalismo foi o poder econômico exercido pelos donos dos veículos. É importante ressaltar que o mecanismo de concessão de espectros eletrônicos no rádio e na tevê era atribuição do governo que o fazia aos seus “colegas” de ideais, isto é, a quem tinha condições financeiras e conceituais de dirigir um negócio desse porte sem representar ameaça ao governo. Já, na área dos jornais impressos estes frequentemente estiveram nas mãos de famílias com grande poder aquisitivo, o que as fazia parceiras do Estado com o objetivo de se garantir o *status quo* vigente. Assim, o jornalista, cão de guarda, teve seu “pescoço” acorrentado por um lado pela força do Estado e por outro pela lógica dos donos dos jornais.

Dentre as equipes das redações de jornais, rádios e tevês nos anos 70 havia muitos militantes de propostas contrárias ao governo<sup>3</sup> que de outras formas – criando “pasquins” ou outro tipo de mobilização – desenvolviam um trabalho mais coerente com suas crenças e visões. Mas na redação, no seu ganha-pão, sua liberdade era tolhida

---

<sup>3</sup> Ver Bernardo Kucinsky em “Imprensa Alternativa no Brasil”.



pelos dois lados hegemônicos: governo e donos dos veículos. Seu alento se dava nas horas em que o dono do veículo mostrava-se contrário ao governo. Aí a missão de “cão de guarda” ainda podia ser realizada, pelo menos em situações que não atingissem os interesses do veículo.

A grande imprensa, como já está definida pelo nome, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento. Mas é preciso não esquecer que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. Mas pode exercer um papel de educação. (ABRAMO, p. 116)

Nos anos 80 os jornalistas das diversas redações assistem e cobrem a paulatina abertura de regime de governo, seguindo de forma lenta e gradual para uma maior possibilidade de atuação social. Ao mesmo tempo tentam se acostumar com a chegada do aporte tecnológico-comunicacional que ameaça o fazer do relato diário.

Todo o ambiente redacional se transforma. Os terminais de vídeo substituem as máquinas de escrever, a gráfica separa-se fisicamente da redação, a diagramação deixa de ser manual para ser eletrônica, o texto passa a ser virtual: uma imagem na tela que é ao mesmo tempo distribuída, mexida, adaptada segundo a dinâmica da própria página.(MARCONDES, p.35)

Além de assistir a uma reforma tecnológica nas redações desta época, o jornalista se vê censurado por si próprio na hora de escrever. Não foram poucos os colegas de redação presos e torturados por tentar descrever a realidade como ela era. Assim, as “amarras” psicológicas de censura perduraram durante muito tempo ainda nos textos e na forma de trabalho dos jornalistas. Daí resultam uma certa alienação natural de alguns profissionais e a apatia no trabalho de investigar a sociedade. É como se faltassem as bandeiras para as quais lutar, como se os ideais estivessem extintos(MARCONDES, p.55).

Além de experimentar essa inércia de saída de um regime totalitário e a manutenção da “ética do dono do jornal”, diversos jornalistas se depararam com um mundo caminhando para uma rápida globalização e o Brasil estabelecendo, a partir dos seus governos, uma lógica neoliberal de desenvolvimento, na qual o livre mercado e a concorrência como reguladora das relações econômicas e sociais transformou os veículos de comunicação em ferozes competidores, de olho nas polpudas verbas publicitárias dos anunciantes.



Ao longo da década de 80, consolidou-se nos principais centros do Brasil um sistema de comunicação que supunha (e realimentava) a maturação da acumulação capitalista. Paralelamente, em poderosos setores da vida econômica e social propagaram-se padrões racionais de decisão, ao estilo capitalista. (...) O critério básico passou a ser rentabilidade – a Indústria Cultural tendeu a transformar integralmente seus produtos em mercadorias, dando primazia a fórmulas de comprovado sucesso comercial. (RIBEIRO, p. 53)

Essa nova ótica mercadológica afetou profundamente o trabalho jornalístico enxugando as redações, pregando a conduta de realizar menos despesas e mais produção. Os profissionais, acuados pelo fantasma do desemprego, eram obrigados a realizar sua atividade com o mínimo de estrutura e com o máximo de velocidade. O fiel da balança eram agora a rapidez e o volume de novas “notícias” produzidas. O ideal de missão e a visão romântica do investigador (RIBEIRO, p. 54), do denunciador, agonizava por baixo da indústria cultural que transformava o construir textual em mais um produto, de série, para ser colocado a venda.

À medida que os jornais se tornaram empresas, a escrita foi despojada de seu valor de uso, o texto e a notícia assumiram cada vez mais o caráter de mercadoria. A racionalidade instrumental, predominantemente na produção jornalística, passou a privilegiar o pensamento em bloco, que se caracteriza pelo uso de clichês e de fórmulas de expressão apropriadas para cozimento rápido e consumo imediato. (RIBEIRO, p. 186)

Ao mesmo tempo em que o jornalista das redações via seu trabalho, antes recebido como quase um fazer literário, se transformar em um pacote de “coisas” a serem colocadas numa prateleira de supermercado para serem consumidas num instante e jogadas fora no outro momento, os movimentos da sociedade civil ensaiavam uma maneira mais efetiva de atuação em busca do resgate dos direitos humanos e do espaço social das minorias. Os jornalistas que antes atuavam na clandestinidade nestes movimentos e, ao mesmo tempo, buscavam seu sustento nas redações visualizaram uma válvula de escape para o pensamento crítico e para a ação comunicativa a fim de promover a mudança social. O final dos anos 80 e o começo dos anos 90 trouxeram dois grandes cenários: uma cobrança maior da sociedade sobre os grandes veículos para as questões que envolviam o exercício da cidadania, as necessidades sociais e o resgate dos direitos humanos e a maior profissionalização das organizações civis em busca de ação efetiva e legitimação social. Nasceram, então, propostas de assessorias de imprensa dentro de algumas grandes instituições e organizações da sociedade civil e os grupos dispostos a facilitar e a servir de ponte entre essas demandas e a grande imprensa. Nela, o sucateamento da atividade continuou simbolizado pela demissão dos profissionais mais



críticos e que, de certa forma, atrapalhavam o fazer mercadológico e na sua substituição pelos profissionais novatos, mais propensos a fazer o que os donos do veículo mandavam e, de certa forma, agindo esvaziados da motivação revolucionária dos que viveram as épocas mais difíceis. Vale lembrar que esses novatos foram formados numa escola tecnicista, que ainda buscava sua identidade e espaço para voltar a exercitar o pensamento crítico e questionador, antes vetado pela censura do próprio regime militar.

[A] capitulação ética ocorre quando o jornalista é praticamente forçado a pensar como o dono do jornal. Se tiver uma visão diferente, estará obrigado a parar a cada passo para tentar harmonizar visões conflitantes, o que é altamente estressante. Por sofrerem a síndrome da perna-de-pau, muitos jornalistas não se empenham em investigar a veracidade das informações, nem em aprofundar a própria visão de mundo, acomodando-se na preguiça intelectual e moral. (RIBEIRO, p. 209)

### **As universidades de comunicação e sua missão**

Depois de sobreviver a um período no qual o tecnicismo imperou sobre o exercício de análise crítica da realidade, algumas instituições de ensino e seus cursos de comunicação passaram a reavaliar a educação ou a formação do futuro jornalista brasileiro sob a ótica da ética e do seu papel social, num resgate daquilo que significa a responsabilidade social deste profissional.

Se há uma esperança juvenil na responsabilidade social do jornalista, na importância da elucidação teórica, na influência na melhoria da qualidade de vida de todos os seres humanos, é aparentemente contraproducente, mesmo na ótica mais 'realista', desprezar a disposição para a qualificação intelectual. (FOLQUENING, p.113)

Para isso, a constante atenção crítica, o reavaliar-se e o debruçar-se sobre o ensinar comunicação deve ir mais longe do que capacitar o indivíduo para fórmulas textuais ou mesmo para a manobra eficaz do aparato tecnológico. Ela deve servir como estímulo para as reflexões contínuas e aprofundadas e como orientadora do papel social que o profissional jornalista deve desempenhar na atividade cotidiana. Antes de simplesmente de treinar o indivíduo para servir às necessidades do mercado, é necessário que se oriente o exercício de comunicação para um fazer que privilegie a ação crítica, num movimento contra o processo de mercantilização da notícia e resgatando a missão de denúncia e de investigação social.

A universidade não pode se resumir ao estágio de encaminhamento para o mercado de trabalho, pois aí estaremos subsidiando uma decisão muito simples: transformar o módulo superior da educação em ensino profissional. Portanto a universidade deve ser, em si, um produtor para a sociedade. (FOLQUENING, p.114)



Num momento em que a necessidade do diploma para desempenhar suas funções está sendo questionada e a profusão de cursos de comunicação não garante a qualidade na preparação do futuro jornalista para um fazer crítico, é necessária a organização de um movimento que se estruture como resgate da responsabilidade social desse profissional. Mais do que questionar a obrigatoriedade do diploma, a discussão abarca os fatores políticos que envolvem o jornalista e seu papel social.

Sempre fui um dos primeiros críticos da escola do jornalismo, mas agora vejo tanta gente mobilizada contra ela que acabo desconfiando. Tudo isso tem a finalidade de tirar o último elo da espinha dorsal, já bastante flexível, do jornalista. Minha posição hoje é de defesa da escola, embora reconheça que ela seja precária. Isso precisa ser muito bem analisado pelos próprios jornalistas e pelo seu sindicato, que, aliás, tem uma atitude muito pouco positiva nesse assunto, porque não examina a questão em profundidade. (ABRAMO, p.252)

Por mais que os cursos de comunicação estejam mais atentos para o papel social do futuro jornalista, poucas são as instituições que atentaram para a necessidade de orientar para a atuação no terceiro setor ou mesmo para a experiência deste jornalista servir como uma ponte entre as organizações da sociedade civil e a grande mídia.

Algumas razões para essa “demora” no estudo e construção de currículos dos cursos de comunicação que tenha espaço para uma reflexão que privilegie o social na atividade jornalística está no afastamento que existiu durante muito tempo entre a imprensa e os movimentos sociais.

As relações dos veículos de comunicação de massa com os movimentos sociais e organizações civis não são marcadas por um histórico harmonioso. Visto que a grande imprensa sempre pertenceu a grandes famílias que detinham o poder econômico e político – e esse cenário pouco ou nada se alterou nos dias atuais – e que, na maioria das vezes, foram tratados como propriedade privada e como instrumento para manutenção do *status quo*, seu papel social foi quase nulo.

Nesse quadro a liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em quarenta anos de jornalismo nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos dos jornais. Os jornalistas não podem ter opinião, mas os jornais têm suas opiniões sobre as coisas, que estão presentes nos editoriais e nos textos das pessoas que escrevem por linhas paralelas às do jornal.(...).(ABRAMO, p.252)

A regulamentação de servir como instrumento público e mesmo de veículo de promoção social consta nas leis de concessões de rádios e tevês, mas na realidade essa obrigatoriedade ainda não saiu do papel. Os movimentos sociais, contrários à





dominação de muitos por poucos e avessos a ditadura militar acabaram por se colocar claramente contra os veículos e à atitude mantida pelos mesmos.

Embora a face atual dos jornais como empresas de notícias seja definida pela dimensão industrial e comercial, a dimensão política não desapareceu. O poder político ainda é fator de contradição dentro do espectro empresarial da imprensa. Mesmo tendo perdido parte de sua influência política, no sentido partidário, a imprensa torna-se cada vez mais uma instituição de controle social, no sentido cultural. Ela atua como grupo de pressão e é pressionada pelos mais diversos grupos. Por divulgar informações significativas para as sociedades, a imprensa pode representar um forte laço de união coletiva. (RIBEIRO, p. 104)

A aproximação entre movimentos civis e a grande imprensa começou a se dar nos anos 90 quando os primeiros perceberam que necessitariam dos segundos para legitimar suas atuações e reivindicações. Quem aparecia na tevê ou no rádio era conhecido, ou mesmo, reconhecido. Diversas organizações e movimentos começaram a agir em prol da busca do seu lugar na primeira página dos jornais ou nas manchetes do telejornal. As organizações percebem o grande poder de atuação do qual podem se servir, como diz Ortiz: "Os meios de comunicação contêm uma dimensão que transcende suas territorialidades. O circuito técnico sobre o qual se apóiam as mensagens é também responsável por um tipo de civilização que se mundializa." (ORTIZ, p.60). Assim para 'mundializar' suas intenções e fazer com que suas bandeiras rompam fronteiras, as organizações da sociedade civil, com o auxílio claro de diversos profissionais que serviram de ponte, começam a se aproximar da grande mídia devido a importância já percebida de constar da pauta dela.

Ao apreender o papel fundamental que a mídia exerce na sociedade moderna, onde os meios de comunicação, sejam eles massivos ou segmentados, assumem o papel da educação informal, contribuindo para a visão de mundo das pessoas, os profissionais da imprensa precisam entender melhor a força dos veículos que têm em mãos para usá-los com maior responsabilidade. Elucidar o poder da mídia de fazer e desfazer contextos, de montar e desmontar realidades, de destruir e construir a temporalidade, de intervir no curso da história. (CALDAS, p.91)

Algumas organizações caminharam para a criação de fatos midiáticos que exigiriam a cobertura da grande imprensa, como o faz ainda hoje o Movimento dos Sem-Terra e outras optaram pela estruturação de assessorias de imprensa profissionalizadas, como a Pastoral da Criança. Organizações menores, que não dispunham de aportes de recursos suficientes, acabaram sendo auxiliadas por agências de notícias - ONGs - formadas por comunicadores que estavam inseridos nos veículos e viram nessa missão uma oportunidade de atuação social mais efetiva ou mesmo pelos





que já militavam nas diversas áreas temáticas: meio-ambiente, infância, minorias, direitos humanos, entre outras.

Todas essas possíveis formas de novas cidadanias fatalmente precisarão muito da comunicação para levar avante seus projetos e suas ações de luta e atingir seus objetivos. Nesse contexto, os meios de comunicação direta, a mídia alternativa e mídia impressa, eletrônica e digital terão de ser acionados de forma articulada e bem pensada, em busca de espaços para visibilidade pública e de resultados. As áreas profissionais das habilitações da Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Radialismo e Televisão, Editoração Multimídia, Produção Audiovisual e Digital, etc.) poderão ter um campo fértil de atuação. (KUNSCH in BEZZON, p. 32)

Aos jornalistas mais incomodados com as negociações que sempre tinham que fazer para poder trabalhar com certa liberdade no veículo de comunicação de massa, a organização civil acaba sendo indiscutivelmente uma boa oportunidade de unir o ganha-pão com uma atuação coerente com suas crenças.

### **O papel social do jornalista neste novo ambiente**

Surgem, neste cenário, desafios hercúleos para o profissional hoje inserido no veículo de massa: resgatar seu papel de investigador e “cão de guarda” da sociedade, desenvolver um trabalho que vá além da mera narrativa desconexa da atualidade social e tomar partido, o seu partido no que se configura como uma disputa pelo atuar criticamente e assumir sua condição de ator político.

O jornalista não pode ser despido de opinião política. A posição que considera o jornalista um ser separado da humanidade é uma bobagem. A própria objetividade é mal-administrada, porque se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico. Deve-se, sim, ter opinião, saber onde ela começa e onde acaba, saber onde ela interfere nas coisas ou não. É preciso ter consciência. (ABRAMO, p. 109)

Dentre essa nova atitude que tem sido cobrada do profissional jornalista está a consciência de que é hora de ir mais fundo nos conceitos e de desempenhar a sua missão de averiguação reflexiva dos fatos e dos conceitos que são utilizados na hora de cobrir e de relatar eventos. Na hora de colocar nos holofotes da mídia os termos e considerações que são parte do seu fazer jornalístico é imprescindível que o profissional faça uso da liberdade que foi conquistada com a cobrança da sociedade por uma mídia mais democrática e pelo espaço conquistado com a qualidade de trabalho e seu esforço:

A importância de interferência dos jornalistas no espaço público é ambígua: predisposto a servir tão somente como mediador, o Jornalismo acaba constituindo e se confundindo como o espaço de debate assumindo em última instância, a própria influência na condução dos diálogos sociais. Por isso, o jornalismo nunca deixa de



ser proponente na formação da sociedade, mais jamais assume convictamente essa condição. (FOLQUENING, p.105)

A configuração social atual permite que esse jornalista da redação seja um profundo conhecedor dos devires sociais, das lutas, das bandeiras e da realidade onde se constroem as relações sociais. Esse jornalista que reage e resgata sua função de missionário e porta-voz da sociedade tem condições de fazer a sua parte na mudança da visão que o cidadão comum brasileiro tem do que acontece a sua volta, e aqui, falaremos, principalmente, no âmbito da criança e do adolescente. Segundo Graça Caldas, o exercício crítico sobre o processo de produção na mídia e sua repercussão na formação ou deformação da opinião pública deve pautar o cotidiano dos profissionais da mídia e pesquisadores de comunicação (p.91). A temática da criança e do adolescente foi marcada na sua história nos veículos de comunicação de massa com certo preconceito, onde “menor” era dito para o pobre e “adolescente” para o rico. Assim, é hora dos profissionais de comunicação internalizarem a consciência de seu papel de “esclarecedores” sociais ajudando a formar a ponte entre as organizações que brigam pela correta, ética e cidadã utilização dos veículos de comunicação de massa e do fazer jornalístico.

Nessa ponte há dois tipos de profissionais que acabam sendo fundamentais na hora de se propiciar a divulgação dos fatos e notícias advindas de organizações da sociedade civil: o jornalista que está na redação do veículo e tem a possibilidade de facilitar esse tipo de cobertura e aquele que há tempos milita nos movimentos sociais e nas organizações civis dominando sua maneira de agir e sua linguagem que prioriza o viés qualitativo com que divulgam seus feitos. Algumas organizações da sociedade civil estão atuando para sensibilizar esse profissional das redações e, mais recentemente, enquanto estão na universidade. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância, ANDI, é um exemplo desse tipo de organização.

### **As iniciativas do terceiro setor na mídia – o caso ANDI**

Em agosto de 1991, um grupo de jornalistas que se formou cobrindo as ações de movimentos sociais e os políticos que ajudaram a redemocratizar o país e indivíduos ligados à proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes fundaram a Agência de Notícias para os Direitos da Infância – ANDI. O objetivo era colocar no foco da mídia os assuntos que envolviam crianças e adolescentes, nem sempre abordados com a atenção e tato devidos.



É relevante entender que a ideologia hegemônica nos movimentos populares daquele período colocava a mídia de massa como inimiga, aliada ao capital, contra o “povo”. Não à toa, tais movimentos preferiram criar “meios alternativos” a empenhar esforços em mudar a cultura dos meios de comunicação, seus proprietários e jornalistas. Por isso, os profissionais envolvidos na construção da ANDI, todos profissionais atuantes nos principais veículos de mídia da época, assumiram inicialmente o papel de criar pontes entre os movimentos pela infância e adolescência e as redações, principalmente assessorando os atores sociais no planejamento da comunicação e na produção de eventos de visibilidade. (Da árvore à floresta, p.23)

No início, de forma voluntária e pontual, a jornalista Âmbar de Barros trabalhava realizando assessoria de imprensa em sua casa, mostrando aos veículos que tinham uma grande história quando focalizavam sua atenção nos atores sociais que vinham das raízes dos problemas da sociedade: as crianças e adolescentes. Com o tempo e aumento da demanda tornou-se prioritário procurar ajuda para realizar o trabalho e parcerias que trouxessem recursos financeiros para custear as primeiras despesas com espaço físico e com o dia-a-dia. Criou-se, então, uma metodologia de trabalho que deu origem as ações que hoje são replicadas por agências ligadas a Rede ANDI, nas diversas regiões brasileiras:

- Clipagem diária das matérias que envolvem assuntos da criança e adolescência veiculadas na mídia impressa;
- Boletim com os resumos das principais reportagens publicadas sobre os principais temas;
- Sugestões de pauta vindas dos movimentos sociais para os jornalistas dos grandes veículos;
- banco de práticas sociais relevantes para servir de referência para reportagens.

Outros serviços, típicos de “pontes sociais”, estão sendo praticados pela organização. A disponibilização de uma vasta listagem de fontes dos mais diversos organismos e cargos que podem falar sobre a situação da criança e o adolescente no Brasil e a monitoria constante do que está sendo publicado na mídia de massa são alguns exemplos. É importante ressaltar que o objetivo dessa monitoria situa-se na análise quantitativa e qualitativa das abordagens que se relacionam com os temas que envolvem a criança e o adolescente. Ao contrário do que fazem ONGs que possuem o objetivo de processar juridicamente os veículos pelas suas atitudes abusivas, como as existentes na Europa e nos Estados Unidos, a ANDI monitora e produz documentos estatísticos para fins de análise e para implementar práticas de assessoria e capacitação



das equipes de jornalistas das redações dos grandes veículos. “(...) a tarefa da ANDI é contribuir para que os meios de comunicação priorizem a abordagem de temas relevantes para a população infanto-juvenil brasileira e não produzir reportagens ou matérias prontas para os veículos de comunicação.” (Da árvore à floresta, p. 25)

Após avaliar que temas como trabalho infantil escravo, exploração sexual infantil e violência começavam a ter mais espaço na mídia pela própria motivação do trabalho da ANDI, era hora de mostrar as iniciativas positivas que estavam sendo realizadas para resolver esses e outros problemas. Começava a Busca de Soluções, isto é, motivar a imprensa a mostrar também as soluções que eram encontradas pelas diversas instituições sociais.

Em 2000, a ANDI agrega organizações representantes de todas as regiões brasileiras à Rede ANDI. Essas organizações possuem autonomia para gerir suas atividades, mas também realizam, em sua região, o “pacote” ANDI, que utiliza a mesma metodologia para monitorar, fornecer pautas e elaborar o boletim com resumos das matérias. Além das atividades de “ponte” com a mídia, nesses mais de 20 anos a ANDI desenvolveu inúmeras campanhas pontuais, desde o estímulo ao Registro de Nascimento em localidades onde o acesso é dificultado até a elaboração da série Mídia e Mobilização Social, conjunto de publicações que faz uma leitura com profundidade dos temas que envolvem as crianças e adolescentes até os margeantes como pobreza e desigualdade social. Os livros trazem estudos concretos sobre os assuntos, conceitos e a realidade sócio-política-econômica brasileira e seu objetivo é tornar-se um manual bastante completo para a atualização conceitual de jornalistas dos mais diversos veículos de comunicação. A série traz dicas de abordagens mais aprofundadas dos temas e realização de coberturas mais elaboradas, como:

- é importante transformar a ótica da qualificação dos personagens da notícia. Além de evitar jargões que reforcem a exclusão, a diferenciação e amarginalização, muito comuns na cobertura desses temas é importante, ainda, que pessoas pobres não sejam encarados como responsáveis pela pobreza. Um exemplo muito comum – e que deve ser evitado – é citar mulheres mães de grandes proles em matérias, sugerindo uma culpa pela situação de miséria da família. (Que país é este?, 2003)

Outra iniciativa voltada para os jornalistas das redações foi a criação do prêmio Jornalista Amigo da Criança e do Adolescente, o JACA. O prêmio é fornecido ao profissional jornalista que no seu trabalho cotidiano propiciou a investigação e publicação de reportagens que abordavam os assuntos que envolviam crianças e



adolescentes de forma ética e procurando um viés crítico. Atualmente existem no Brasil mais de 100 Jornalistas Amigos da Criança e do Adolescente.

Para se aproximar dos futuros profissionais de imprensa, a Rede ANDI criou o Programa de Formação e Mobilização Social para estudantes universitários que propicia estágio dentro das organizações que fazem parte da Rede ANDI e os capacita a desenvolver a monitoria dos veículos regionais.

Recentemente a organização decidiu ir um pouco mais longe, apontando aos cursos de comunicação e jornalismo de diversas universidades uma opção de aprofundamento nas temáticas sociais e de políticas públicas. Caldas confirma o intuito da ANDI como positivo quando afirma que:

Para o desenvolvimento de um trabalho ético e cidadão do comunicador, é urgente desenvolver, no professor, no estudante e na instituição de ensino, a praticada cidadania para não sermos colonizados pelo ‘consenso fabricado’. O poder do comunicador de fazer e desfazer contextos, de montar e desmontar realidades não pode prevalecer. É preciso recuperar a ética dos indivíduos, dos profissionais, das instituições, do cidadão. Resgatar o sentido público da informação e da responsabilidade social do comunicador. (CALDAS, p. 88)

A ANDI elaborou um programa de disciplina optativa, adaptável, para ser incluído na grade curricular dos cursos de comunicação. O conteúdo e os especialistas voluntários que participam dos encontros semanais são indicados pela ONG. A universidade precisa permitir a divulgação e abrir espaço no currículo.

Uma iniciativa já foi realizada na Universidade de Brasília. No início de 2006 o professor titular da disciplina de Crítica da Mídia abriu espaço para que se realizassem em seus horários a apresentação e discussão da temática: A cobertura de políticas públicas sociais: desafios da mídia quando o social está no centro da pauta. A princípio foram abertas 70 vagas, 40 delas para os estudantes de jornalismo e as restantes para os interessados de outros cursos de forma opcional. A adesão completa dos que vêm de fora da área sinaliza a demanda por uma preparação e discussões mais aprofundadas sobre as temáticas sociais, ainda reprimidas nas universidades.<sup>4</sup>

A necessidade de se atuar junto às universidades veio da constatação de que o jornalista das redações, sensibilizado e muitas vezes já abordado por *work-shops* promovidos pela ANDI acabava mudando frequentemente de área, veículo e, mesmo, de ramo de trabalho. Dessa forma, ir às origens, a quem ia substituí-los, era uma saída para que essa visão mais crítica do social não se perdesse.

---

<sup>4</sup> Informações concedidas por Guilherme Canela, coordenador de relações acadêmicas da ANDI, a autora.



Com isso a ANDI fecha o círculo de estar disponível a prestar assessoria completa ao jornalista, oferecendo desde informações aprofundadas sobre os temas que envolvem a criança e o adolescente numa linguagem e rapidez coerentes ao fazer jornalístico, prestando consultoria contínua às dúvidas conceituais, oferecendo oportunidade para estudantes universitários ingressarem nos programas da organização por meio de estágio e, agora, adentrando o ambiente acadêmico pela indicação de uma disciplina optativa sobre as políticas públicas na área da criança e do adolescente.

### **Conclusão**

Em vistas do caminho percorrido pelo profissional jornalista no resgate de sua missão como o pensador social e observador crítico e o surgimento de organizações das mais diversas temáticas e bandeiras que atuam para minimizar problemas e discutir soluções sociais, pode-se dizer que se abrem diversas oportunidades e que se conjugam vontades e intenções no campo das comunicações. Ao mesmo tempo, a abertura para a democracia e a cobrança e atuação da sociedade civil organizada frente à grande imprensa tem forçado dos veículos de comunicação de massa uma postura mais voltada para as necessidades da maioria brasileira e não somente de poucos.

Essa pressão dos diversos atores sociais tem feito também com que a universidade repense seus currículos e agregue no curso de comunicação linhas de pesquisas e de estudos voltadas menos para os aparatos técnicos e mais fortemente para formar o comunicador como um pensador, um profissional com olhar aguçado e crítico frente aos fatos a que dá cobertura.

Um horizonte de inúmeras saídas tem se formado no cruzamento desses cenários. E na costura desses cenários com ação mais atuante na temática da criança e do adolescente está a ANDI como exemplo de que a sociedade civil organizada, pensando em comunicação, pode agregar valor, servir de ponte entre os movimentos sociais e a grande imprensa e colaborar na formação dos novos profissionais de comunicação de forma prática e teórica. Kunsch analisa de forma global essa nova tendência: “São novas manifestações no espaço público, que ganham destaque na mídia. Defendem interesses específicos, como agentes atuantes de uma sociedade civil mais organizada e agem como sujeitos numa perspectiva global”. (p. 30)

As ações da ANDI e da Rede ANDI confirmam o que Gramsci imaginava que poderia ser o papel ideal da imprensa: a de educadora dos adultos. Mas torna-se claro que para isso acontecer em plenitude há que se equipar muito bem os profissionais que



hoje atuam na cobertura social e os que estão se preparando para tal. Porque só com comunicadores cientes de seu papel como sujeitos de mudanças é que a imprensa poderá ser sinônimo de serviço social.





## Referências bibliográficas

ANDI, Rede ANDI. **Da árvore à floresta. A história da rede ANDI Brasil: como uma articulação de comunicadores de todo o país está ajudando a colocar a criança e o adolescente no foco da mídia.** Brasília : ANDI. 2005.

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro.** Companhia das Letras. São Paulo.1988.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. **Revista Comunicação e Sociedade.** São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a.27, n.44, p.85-101, 2º. Sem. 2005.

FOLQUENING, Victor Emanuel. **O jornalismo é um humanismo – representações sociais de estudantes de comunicação.** Pós-escrito. Ponta Grossa-PR, 2001

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Campos de Estudos Emergentes em Comunicação nas Novas Cidadanias. In. BEZZON, Lara Crivelaro. **Comunicação Política e Sociedade .** Campinas, Alínea. 2005

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos.** Comunicação e Jornalismo. 2ªed. São Paulo : Hacker Editores, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura.** 2ª edição. São Paulo:Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão.** On-line. Brasília.2004. Seção Jornalismo. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>. Acesso em 24 abr 2006.

**Que país é este?** Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira. Coord. Veet Vivarta. São Paulo. Cortez. 2003. (série mídia e mobilização social, v.4)

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico.** Brasiliense. São Paulo, 1994

VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent. São super-homens os jornalistas?** São Paulo. Summus, 1991